

NATÁLIA CRISTINA CHAVE
Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da UFMG
Professora de Direito Empresarial do Uni – BH – Centro Universitário de
Belo Horizonte
Professora de Direito Empresarial e Técnica Legislativa da Faculdade de
Direito Padre Arnaldo Janssen
Advogada

**DIREITO EMPRESARIAL
SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITO**

Editora Del Rey

Belo Horizonte, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C512 Chaves, Natália Cristina.
Direito empresarial: securitização de crédito
Natália Cristina Chaves. - Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
232 p.
ISBN 85-7308-807-9

1. Securitização de créditos. I. Título.

CDD: 342.245

CDU: 347.735

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - DA RELEVÂNCIA DA SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS	
1.1 Da securitização como instrumento de mobilização do crédito	7
1.2 Da securitização como alternativa à captação de recursos	12
1.3 Dos projetos de interesse público e a securitização	15
CAPÍTULO 2 - DO SURGIMENTO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS	
2.1 Dos antecedentes históricos	19
2.2 Das primeiras securitizações de créditos aos dias atuais nos Estados Unidos	24
2.3 Do surgimento e evolução da securitização no Brasil	29
CAPÍTULO 3 - DA DEFINIÇÃO E ENQUADRAMENTO JURÍDICO DA SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS	
3.1 Da definição de securitização	45
3.2 Da natureza jurídica	53
3.3 Da securitização de créditos e os negócios jurídicos afins	71
3.3.1 A securitização e o <i>factoring</i>	71
3.3.2 A securitização e o contrato de desconto bancário	76
CAPÍTULO 4 - DA ESTRUTURA JURÍDICA DA SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS	
4.1 Da cessão de créditos	81
4.1.1 Do funcionamento da cessão de créditos	82
4.1.2 Dos créditos passíveis de cessão	87
4.1.3 Da segregação de créditos e responsabilidade da cedente	92
4.2 Da emissão de títulos ou valores mobiliários pela entidade de propósito específico	96
4.2.1 Da definição de títulos ou valores mobiliários	97
4.2.2 Da emissão pública e privada de títulos e valores mobiliários	101
4.2.3 Dos títulos ou valores mobiliários emitidos	107
4.2.3.1 Das debêntures	108
4.2.3.2 Dos certificados de recebíveis imobiliários	110

4.2.3.3 Das cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	115
4.2.3.4 Das notas comerciais ou <i>commercial papers</i>	120
4.3 Da constituição de direito real de garantia representado pelo penhor de créditos	121
4.4 Dos participantes da securitização de créditos	133
4.4.1 Da originadora dos créditos	133
4.4.2 Dos investidores	134
4.4.3 Da entidade de propósito específico	136

CAPÍTULO 5 - DAS ENTIDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO NA SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS

5.1 Das entidades de propósito específico e o <i>trust</i>	139
5.2 Da sociedade de propósito específico	143
5.2.1 Do tipo societário	144
5.2.2 Do objeto e finalidade da sociedade de propósito específico	146
5.2.3 Dos créditos a serem adquiridos	151
5.2.4 Dos sócios da sociedade de propósito específico.	153
5.3 Do fundo de investimento em direitos creditórios	154
5.3.1 Da definição e natureza jurídica	155
5.3.2 Da constituição e funcionamento	165
5.3.3 Do administrador do fundo	171
5.3.4 Do propósito específico e finalidade do fundo	176
5.3.5 Dos créditos e títulos a serem adquiridos	177
5.4 Da escolha da entidade de propósito específico	178

CAPÍTULO 6 - DOS COLABORADORES E A REDUÇÃO DOS RISCOS DE INADIMPLÊNCIA

6.1 Do agente fiduciário	184
6.2 Da agência de <i>rating</i> ou classificador de risco	186
6.3 Do auditor independente	189
6.4 Da companhia seguradora	194
6.5 Da estrutura genérica da securitização de créditos	197

CONCLUSÃO	199
-----------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205
----------------------------	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Modelo de securitização de créditos nos Estados Unidos	27
---	----

FIGURA 2 - Securitização realizada pela Mesbla	33
FIGURA 3 - Estrutura genérica da securitização de créditos	198